

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-12-11

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2018). Não era humanamente possível fazer-se mais: a Batalha de La Lys vista pelo General Gomes da Costa. In Graça Fernandes (Ed.), *A Batalha do Lys: os combatentes portugueses*. (pp. 278-281).

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2018). Não era humanamente possível fazer-se mais: a Batalha de La Lys vista pelo General Gomes da Costa. In Graça Fernandes (Ed.), *A Batalha do Lys: os combatentes portugueses*. (pp. 278-281).. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**“Não era humanamente possível fazer-se mais”
A Batalha de La Lys vista pelo General Gomes da Costa**

JORGE SILVA ROCHA
Comissão Portuguesa de História Militar
Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL)

Escrita poucos anos após o fim da Primeira Guerra mundial e da Batalha de La Lys, a descrição que o General Gomes da Costa faz dos trágicos acontecimentos por ele vividos enquanto comandante da 2ª Divisão do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), revela um tom acusatório, pouco frequente à data, dirigido às mais altas esferas decisoras nacionais, políticas e militares, apontadas como únicas responsáveis pelo fracasso militar de 9 de Abril de 1918.

O relato dos momentos decisivos da que foi considerada a grande batalha do C.E.P. segue a mesma senda do memorialismo adoptado por outros autores no primeiro pós-guerra, marcado pelo relato na primeira pessoa das experiências vividas. No seu conjunto a obra do General Gomes da Costa “A Grande Batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918” narra e examina com alguma minúcia o conjunto de circunstâncias políticas e militares que, na opinião do autor, condicionaram a acção da 2ª Divisão no dia 9 de Abril de 1918 acabando por empurrar os militares portugueses para o desastre, para a humilhação e a vergonha.

Gomes da Costa procura sobretudo, por vezes com excessiva valorização da qualidade do combatente português, defender o bom-nome de todos quanto combateram naquele fatídico dia, mortos e sobreviventes, e que viram o seu orgulho patriótico ferido pelas acusações que lhes foram feitas nos anos que se seguiram aos acontecimentos.

No que respeita à batalha travada no dia 9 de Abril na região de La Lys (Armentières), o relato que o General Gomes da Costa deixou escrito nesta obra, mas também noutras, é um testemunho que vai mais além do “mero” relatório militar de operações, metódico e rigoroso, e assume características de análise crítica dos acontecimentos que em certas passagens não pode deixar de ser conotada com um certo ajuste de contas. No entanto, a narração, ao estilo de fita do tempo da

sucessão de decisões tomadas e das acções das forças da 2ª Divisão do C.E.P., não deixa de revelar, também, um tom mais emotivo no momento de descrever os episódios em que o peso da realidade vivida e do sofrimento presenciado se sobrepõem a tudo o resto.

Mas, e sobretudo, na descrição cuidadosamente contextualizada da actuação das forças militares portuguesas no dia 9 de Abril em La Lys, o General Gomes da Costa estabelece uma inequívoca relação entre o fatídico desenlace da batalha e a incompetência de políticos e militares que, em Portugal e na Flandres, não estiveram à altura das exigências.

Na reflexão feita sobre as razões do mau desempenho das forças sob o seu comando, Gomes da Costa começa por assinalar a fragilidade do dispositivo que, gradualmente, acabou por ser imposto à 2ª Divisão para defesa do sector português. Um sector que desde finais de 1917 tinha sofrido diversos ajustamentos e que, por não terem sido objecto de correcta ponderação nem estarem devidamente consolidados, acabaram por dificultar o processo de tomada de decisão no momento da investida das forças alemãs. Desde o início do mês de Abril a 2ª Divisão tinha passado a ser responsável pela defesa de uma frente que se estendia ao longo de cerca de onze quilómetros, dispondo para o efeito de apenas três Brigadas cujos Batalhões não dispunham de mais de “400 espingardas úteis”, cerca de metade do necessário.

Ainda em 7 de Abril o comandante da 2ª Divisão do C.E.P. tinha exposto ao General Haking, comandante do XI Corpo Britânico, as dificuldades operacionais e logísticas com as quais se debatia a sua Divisão, uma Divisão que Gomes da Costa, sem rodeios, considerava mal preparada, fortemente desorganizada, desmoralizada e extremamente carenciada de efectivos.

Mais especificamente, o General Gomes da Costa refere terem contribuído para o “esmagamento” da sua Divisão a inexistência de graduados em número suficiente para enquadrar devidamente as forças no terreno; o estado de exaustão a que tinham chegado os seus homens por terem sido sujeitos a longas permanências nas trincheiras; a desmoralização geral causada pela chamada “questão das licenças de campanha” e pela inexistência de um eficaz sistema de rendição dos efectivos.

Em termos tácticos Gomes da Costa não deixa de referir o mau desempenho de algumas unidades sob o seu comando, como é o caso da 3ª Brigada cuja acção considera insuficiente por falta de efectivos mas, principalmente, por não ter reconhecido adequada e atempadamente as posições para onde teve de retirar na sequência do desenrolar dos combates.

Queixa-se também de toda a perturbação causada pelas instruções recebidas do escalão superior na véspera do ataque às posições portuguesas que, ordenando a rendição da Divisão e a sua retirada para uma posição mais recuada, fez “baixar a guarda” das suas forças levando a um afrouxamento da defesa do sector e, conseqüentemente, do estado de alerta mais ou menos permanente que até então se tinha procurado manter.

Especialmente problemática terá sido a inexistência de uma Reserva de forças devidamente constituída e com um grau de prontidão e flexibilidade de emprego que tivesse permitido o reforço atempado dos pontos mais flagelados do dispositivo da Divisão portuguesa. Dispositivo que o General Gomes da Costa considerava ter sido definido com excessiva profundidade, onde faltava a artilharia pesada para confrontar o inimigo em pé de igualdade e a artilharia de que dispunha ocupava posições, fruto de um plano de defesa deficientemente elaborado, demasiado avançadas no terreno para um eficaz bombardeamento das posições inimigas e que viu as suas munições esgotarem-se rapidamente e sem possibilidades de reabastecimento.

A acrescer a estas dificuldades, o comandante da 2ª Divisão considera que a capacidade de alcançar pela manobra uma posição de vantagem em relação às forças alemãs, acção que visa o emprego das forças disponíveis mediante uma cuidada coordenação do fogo e do movimento, foi seriamente prejudicada pela reduzida dimensão da zona de manobra da Divisão e, também, pela anormal aglomeração de Depósitos diversos na mesma zona.

Em termos conclusivos, e voltando às palavras do General Gomes da Costa que serviram de título a este texto, dificilmente as forças portuguesas poderiam ter conseguido garantir o insucesso do ataque alemão, diminuído que estava o seu potencial de combate.

Ressalta da descrição feita dos acontecimentos de 9 de Abril de 1918 pelo comandante da 2ª Divisão, em grande parte confirmada pela mais recente historiografia, a firme acção de comando do General Gomes da Costa, considerado pelos Britânicos o elemento mais válido de toda a estrutura superior do C.E.P., a sua tentativa de rentabilização dos escassos recursos disponíveis, de organizar, dirigir, coordenar e controlar as forças sob seu comando.

No entanto, o potencial de combate dessas mesmas forças ao longo dos cerca de dois anos que permaneceram na frente ocidental europeia da Guerra, foi sempre inferior ao das forças inimigas que mais directamente ameaçavam o sector português. As razões políticas e militares dessa inferioridade são sobejamente conhecidas e estão profusamente descritas nesta e noutras obras escritas ao longo dos cem anos que se seguiram ao final da Primeira Guerra Mundial.

O desenlace fatídico da Batalha de La Lys para as forças portuguesas apenas veio confirmar a avaliação feita ainda em 1915 pelo então Coronel Gomes da Costa sobre a capacidade militar do País ao afirmar que o Exército português não dispunha de meios para se bater com honra em combate por falta de adequada instrução, de armamento, de munições, de uniformes e, de calçado.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Gomes da, 1863-1929, *A Grande Batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, [192?]

COSTA, Gomes da, 1863-1929, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra : A Batalha do Lys : 9 De Abril De 1918*, Porto, Tip. Renascença Portuguesa, 1920